

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente  
BERNARD DA COSTA CAMPOS — DiretorJ. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo  
MAURO GUIMARÃES — Diretor  
FERNANDO PÉDREIRA — Redator Chefe  
MARcos SÁ CORRÉA — Editor  
FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente*com Brasil*

## Marcha Irracional

**O**s defensores de um intervencionismo cada vez maior na economia brasileira costumam dizer que neste país não existe mercado, para justificar a ocupação de espaços pelo Estado. Ainda quando se possa concordar quanto à existência de áreas de alta concentração e, portanto, em condições de influir arbitrariamente sobre os preços, a falácia da inexistência do "mercado" é apenas uma justificativa que se procura para derrubar o que existe e funciona.

Tome-se o caso das bolsas de valores. Recentemente a bolsa de São Paulo reduziu de 138 para 93 o número das ações que integram seu índice. Os índices servem para medir a flutuação global dos mercados e são construídos com diferentes critérios estatísticos. De modo geral, porém, quanto maior for o número de papéis que os integram, melhor refletirão a democratização do capital, a abertura e o acesso de muitos investidores a muitas empresas.

Quanto maior for a concentração da poupança nas mãos do governo, maiores as possibilidades de que o mercado de capitais vá se estreitando, com as empresas de menor porte começando a desinteressar aos investidores, pela dificuldade de vender e passar o negócio adiante quando se deseja recuperar a poupança.

O encolhimento do índice da Bolsa de São Paulo reflete exatamente isso: o governo é, hoje, disparado, a grande bomba de sucção de dinheiro. Assim como liquidou o BNH e não colocou uma única COHAB no lugar, liquidou e continua liquidando com a poupança disponível para financiar o déficit público. Uma das mais vigorosas bombas de sucção é o FND, que passou a bombear dinheiro não apenas dos tanques de gasolina, mas ainda dos fundos de pensão constituídos para complementar a aposentadoria dos empregados de grandes empresas. Esses fundos recolhem compulsoriamente à caixa do FND. Como o Tesouro continua deficitário, ninguém, em sã consciência, acredita que toda a massa de poupança drenada do mercado de capitais esteja servindo para alguma coisa além de tapar buracos nas rodovias do déficit. Como acreditar em investimentos produtivos e com a inflação sob controle, à luz de um déficit que não acaba?

O drama da apropriação indébita da poupança neste país irá certamente gerar um outro drama que é o encolhimento da capacidade institucional e privada para eleger os investimentos. As decisões partirão de cima para baixo, o país se tornará cada vez mais centralizado. O encolhimento dos índices mostra que as empresas privadas têm cada vez menos fôlego e são expulsas do palco iluminado que os índices oferecem. Em lugar da privatização da poupança, têm-se o seu enrustimento e a sua estatização. Aos poucos, o

mercado de capitais se concentra, tornando-se mais visíveis algumas ações de empresas consideradas de primeira linha e não por coincidência empresas estatais, como já ocorre com a Petrobrás e a Vale do Rio Doce nas bolsas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Um problema bate no outro, na medida em que a estatização da poupança vai cobrir máquinas de empresas públicas sem nenhum compromisso com o lucro real em balanço. Deficitárias, elas podem recorrer ao erário, ou a financiamentos para tapar seus buracos, ou, finalmente, pressionam os preços.

Hoje, estamos diante da aberrante realidade de empresas siderúrgicas estatais bem administradas, que se contentariam com reajustes mínimos para a tonelada do aço, enquanto outras não fazem por menos de 40 por cento de acréscimo em suas faturas. Este país criou um estado disparatado onde nem sequer a estatal produtiva encontra espaço para viver coerentemente de acordo com leis de... mercado.

A alternativa para esse cenário caótico passa evidentemente por um processo de privatização para o qual alguns segmentos do governo começam a despertar, como parece ser o caso do ministério da Fazenda, enquanto outros se apegam ferozmente à ideologia estatizante, menos por ideologia e mais por terror pânico da luz do dia nos mercados que irão expor suas deficiências na hora de competir por preço. Que tragédia que é para um administrador ser exposto a um índice de valorização e desvalorização todos os dias, em pregões abertos, sem camuflagens, sem poder escapar de mansinho com o pires na mão para bater à porta de um leniente secretário do Tesouro, que resmunga, mas dá, se vence o lado corrupto da classe política na qual as máquinas deficitárias se apóiam para manter o *status quo*.

É preciso que a nação e a classe política em particular saiam da ilusão de que o Estado, senhor da poupança, irá resolver os problemas nacionais, ou melhorar os desequilíbrios entre regiões com a simples construção de uma rodovia, uma ferrovia ou obras em locais abandonados. Os programas de privatização na Grã-Bretanha foram feitos com o comprometimento de estratégias de investimento e locais remotos e deficitários por parte das empresas privatizadas. A grande diferença é que a luz dos mercados e a democracia das ações e da propriedade obrigaram a se fazer tudo com base na eficiência, sem que o assistencialismo sufocasse os balanços por conta de compromissos eleitoreiros ou da alimentação das bases populistas de poder. Ol! Este país precisa de um curso básico de soluções democráticas, que certamente não se encontra nos corredores fechados e excessivamente planos de Brasília.